

03 OUT 1998

CORREIO BRASILIENSE

Josaphat Marinho

Cessada a propaganda política, recolhida a paixão do louvor e da crítica, a hora é de reflexão, individual e coletiva. Ter-se-á reclamado dos candidatos a palavra clara, objetiva e suficiente sobre suas idéias e seus compromissos? Os partidos terão confirmado o compromisso de seus integrantes? Essa é a indagação inicial que se hão de fazer todos os votantes, na expectativa dos resultados eleitorais próximos. Que tendências prevalecerão nas diretrizes governamentais, federais ou estaduais? O povo ficou seguramente informado a respeito dos programas relativos à reforma agrária, à reforma administrativa, política tributária e fiscal, educação, saúde, transporte, energia, agricultura?

Em verdade, não houve definição de perspectivas, mas declarações genéricas sobre tais e outros problemas. Os candidatos manifestaram intenções gerais, sem fixar prioridades, concretamente. É provável, até, que alguns não tenham contado com tempo bastante, na propaganda oficial, para desdobrar as bases de seus propósitos políticos e sociais. Outros repetiram idéias conhecidas, como promessas renovadas. Mesmo o

agravamento da crise financeira, durante a campanha, não proporcionou o delineamento de soluções confiáveis. Não houve, sequer, entre os candidatos a presidente e de muitos a governador, debate na televisão, que propicia indagações de qualquer pessoa. Faltou, enfim, o diálogo democrático: o povo foi assistente, e não participante.

Decerto, não era possível, nem necessário, pormenorizar dados, percentuais, valores, prazos definitivos. Era natural e conveniente, porém, traçar o quadro real dos problemas, com as decisões esboçadas. O relevo deveria ter marcado o exame das questões essenciais, das pertinentes ao destino das pessoas e à sobrevivência delas, num momento em que a crise ameaça a economia popular. O homem comum, que não tem fortuna, deveria ter sido bem esclarecido sobre o que lhe ocorrerá, à sua família e a seu patrimônio, nos dias posteriores à eleição. Não bastava admitir novos impostos ou elevação dos atuais. À véspera da eleição, era imprescindível, para não surpreender, indicar os tributos a serem criados e estimar a dimensão dos encargos em preparo. E de

igual modo proceder com outras inovações em estudo ou previsíveis. A imprensa já noticiou que o governo cuida de aumento de 150% da alíquota da CPMF, que também terá seu prazo de vigência prorrogado.

Se o Estado prevê soluções, também as pessoas hão de estar despertadas para a organização e disciplina de suas atividades. Sem conhecer com razoável segurança os ônus que vão atingi-las, as pessoas ficam expostas a gravames nem sempre suportáveis. E é mais difícil carregá-las em fase de estagnação ou de restrição econômica, como a que se estende já por mais de três anos. Agravando-se a situação com a crise recente e em curso, o cidadão precisa de transparência nas informações, para não sofrer constrangimento por erros alheios.

Não pode aconselhar poupança, e ainda menos facilitá-la, quem adota política redutora do recurso dos economicamente fracos. Os que dispõem de pequenos ou limitados recursos financeiros não têm espaço franco para operações instantâneas e de risco.

Daí ser próprio assinalar, ainda uma vez, a falta de política admi-

nistrativa planejada. Se a propaganda eleitoral houvesse sido menos de palavras vagas e mais de indicações objetivas, de fixação de prioridades, cada cidadão teria maiores condições de preparar-se para as dificuldades à vista. Estabeleceu a Constituição, no artigo 174, que o Estado, como "agente normativo e regulador da atividade econômica", exerce a função de planejamento, "sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado". Assim dispõe, exatamente, para que o poder governante não surpreenda o particular. Indicando, com o planejamento, as prioridades entre os problemas e necessidades, o governo aponta e avverte, para não colher o cidadão de surpresa. Não planejando, como não o tem feito a administração, e não prevenindo dos riscos, no estilo adotado, os dirigentes expõem os administrados a perigos sem conta. É tempo de despertar a consciência pública para ser mais exigente, impondo o esclarecimento das verdades que insistem em lhe negar.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia